

Atribuimos hoje solenemente as Condecorações Municipais de 2016, mantendo o princípio dos últimos anos de atribuir um número não exagerado de medalhas para que cada uma delas seja valorizada e não banalizada por ser distribuída em número de muitas dezenas.

Este ano, como terão tido oportunidade de reparar, há um ligeiro crescimento em relação aos dois anos anteriores atribuindo-se 11 condecorações. O facto é que recebemos este ano um número muito elevado de propostas com grande qualidade o que levou às 11 atribuições.

Diga-se mais uma vez, que ficaram de fora propostas de condecoração de pessoas e instituições que certamente têm percursos e trabalho plenamente justificativos de serem considerados. A sua não inclusão não deve ser entendida como uma menorização do seu mérito mas tão só como o resultado das difíceis escolhas que neste momento sempre é preciso fazer.

Mais uma vez este ano foi precioso o trabalho do Conselho das Condecorações a cujos membros agradeço a participação e a capacidade de chegar a consenso numa matéria tão complexa e difícil como esta.

Celebramos em 2016 os 40 anos da primeira eleição dos órgãos do poder local democrático após o 25 de Abril. É uma data marcante para a democracia portuguesa e o Município não deixará de a assinalar com dignidade e conteúdo.

Podemos dizer que o que faz das autarquias locais a instituição política mais reconhecida pelos cidadãos e que contribui de forma mais efetiva para a melhoria das suas condições de vida são dois aspetos

fundamentais: o seu carácter democrático na eleição e na proximidade permanente e os seus trabalhadores enquanto principais executores das políticas municipais.

Estamos em tempo de redefinições no plano das autarquias. Por um lado, tarda em aparecer o processo de reversão da agregação das freguesias, para que se restabeleça a normalidade nessa matéria, de acordo com a vontade das populações. Por outro lado, está em curso um processo para a definição da eleição de uma autarquia metropolitana, o que por si é positivo, mas a proposta que está em cima da mesa não garante o financiamento adequado, nem a pluralidade de representação no órgão executivo, nem uma plena descentralização, uma vez que admite a centralização de competências municipais nessa entidade.

Por outro lado, é especialmente preocupante a situação de impasse para a reversão da decisão de extinção da SIMTEJO, que corre o risco de não se concretizar durante o ano de 2016, com a conseqüente continuidade do aumento dos tarifários, ou de ter uma solução imposta pelo governo sem o acordo dos municípios.

Também na área dos transportes públicos se estão a desenvolver processos sem o adequado envolvimento de todos os municípios o que não só prejudicará os interesses das suas populações como dificultará uma correta definição da rede metropolitana de transportes. Loures exige que a sua participação nas decisões seja garantida e que se equacionem as soluções de fundo que permitam satisfazer os interesses dos nossos municípios. O alargamento das coroas do passe social atualmente existente, a melhoria da rede de transportes rodoviários intraconcelhia, uma correta dinamização das estações e apeadeiros da linha da Azambuja

e a garantia da ligação das cidades de Loures e de Sacavém à rede de Metropolitano, são questões que devem estar em cima da mesa.

Da mesma forma, depois da concretização do protocolo para a reabertura da Segurança Social em Sacavém e do compromisso com a reabertura do Centro de Emprego e a construção do Centro de Saúde de Santa Iria, importa agora caminhar rapidamente para a sua concretização.

Chegados a este ponto do mandato podemos olhar para trás tendo consciência do caminho percorrido. Isso é particularmente evidente em relação a uma série de questões e problemas de grande relevância para a vida do concelho e que hoje por estarem resolvidos já estão esquecidos ou estão em fase de resolução.

Foi o caso da iluminação pública e dos seus horários, uma das questões mais sentidas pela população no início do mandato. A Câmara aumentou o horário de iluminação para que ninguém saísse de casa de manhã na escuridão. Foi por isso que em 2015 gastámos mais 300 mil euros em iluminação pública do que em 2013.

Foi o caso da ameaça sobre os SMAS com a privatização do lado de Odivelas e o conseqüente condicionamento da parte de Loures. Problema resolvido com a negociação e acordo com Odivelas em poucos meses para a criação dos SIMAR.

Foi o caso do grave problema da recolha de resíduos no concelho, hoje resolvido com a contratação de mais trabalhadores e a entrada em funcionamento de novas viaturas.

Foi o caso da fortíssima contestação existente à Loures Parque e aos parquímetros em quase todas as freguesias onde estão implantados, hoje largamente ultrapassada com a alteração das orientações de atuação dos fiscais e das áreas e tarifas, depois de um processo de discussão com as freguesias, os comerciantes e a população.

Foi o caso da discriminação de algumas freguesias nos protocolos de descentralização de competências, posta a nu pelo processo de elaboração técnica em conjunto com as freguesias que corrigiu injustiças e clarificou competências, conduzindo a protocolos transparentes.

Foi o caso da quase completa ausência de intervenção na recuperação da rede viária, hoje claramente invertida, com muitas dezenas de pavimentações da responsabilidade da Câmara, que começam a mudar a face das nossas ruas e estradas.

Foi o caso do risco de encerramento da GesLoures por via de três anos consecutivos de resultados negativos, que não só evitámos em menos de dois meses no final de 2013, como transformámos numa situação de recuperação e estabilidade que já permitiu até reduzir a transferência da Câmara para a empresa.

Foi o caso da situação de profundo ceticismo e até desconfiança de muitas AUGI em relação à Câmara, fruto de muitos anos de promessas não concretizadas, hoje substituído por um relacionamento em que não se

escondem as dificuldades dos processos, mas se trabalha em conjunto com os proprietários para as ultrapassar.

Foi o caso de uma revisão do PDM que estava a ser feita sem uma aprofundada discussão pública, que transformámos num dos mais participados processos de auscultação das populações de que há memória, com evidentes ganhos para a solução finalmente aprovada.

Parecem hoje já problemas distantes, mas foram causas de transtorno e justo descontentamento, hoje felizmente ultrapassados.

Outros ainda estavam bloqueados e estão agora em fase de resolução.

É o que acontece com o Centro Comunitário de Santo António dos Cavaleiros em que nem a empresa responsável pela urbanização cumpria aquilo a que estava obrigada, nem estavam reservados recursos da Câmara para completar a parte que lhe cabia e que ascendia a 1,5 milhão de euros. Neste momento o concurso da empreitada está concluído e aguarda só o visto do Tribunal de Contas para a obra se iniciar.

É o que acontece com a escola primária Nº 1 de Camarate, contentorizada vai para 8 anos, que daqui a alguns meses vai ser substituída por uma nova escola e jardim-de-infância com excelentes condições para aprender e para brincar.

É o que acontece com o projeto da saída da A1 em São João da Talha, que durante anos não passou de matéria de propaganda eleitoral e em relação ao qual a Câmara assumiu a responsabilidade de o produzir e apresentou já à Brisa e à Infraestruturas de Portugal soluções técnicas que permitem ultrapassar os obstáculos que até aqui tinham vindo a colocar.

Hoje mesmo deu-se um passo fundamental para a resolução de outro grande problema; a reparação do Caneiro de Sacavém, com a assinatura de um protocolo com a APA, com o patrocínio do Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de garantir financiamento comunitário a 85% (15% a suportar pela Câmara) para a resolução definitiva do problema das cheias em Sacavém de Baixo e em particular na Praça da República.

Muita coisa está a acontecer.

Está em concurso outra das matérias decisivas para o futuro do concelho. Depois de anos de declínio dos centros urbanos de várias freguesias, estamos a trabalhar para a revitalização de quatro deles – Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém – onde investiremos quase três milhões de euros, num processo de intervenção física para a melhoria do espaço urbano, mas também de apoio aos proprietários privados e ao investimento, bem como de animação do espaço público.

Aproveitando um protocolo com o IST que estava assinado mas nada produzia, foi possível oferecer à população da zona oriental, e em particular da Bobadela e São João da Talha um novo e importante parque urbano, a Quinta dos Remédios, que é já uma referência para milhares de pessoas que o têm vindo a frequentar e que continuará a desenvolver-se nos próximos anos.

Concretizámos a criação da Agência de Investimento, instrumento para garantir uma maior facilidade de relacionamento das empresas com a Câmara e para potenciar o investimento de novas empresas ou novos investimentos das que já cá estão. Definimos as áreas económicas prioritárias; duplicámos as áreas urbanizáveis destinadas às atividades económicas; definimos um projeto de desenvolvimento para aproveitar as

potencialidades da zona norte do concelho em que se destaca a A2S, associação que está já a preparar o apoio a projetos locais capazes de criar riqueza e emprego; restaurámos o Galardão de Mérito Empresarial. No quadro de um relacionamento cada vez mais estreito com as empresas.

Inaugurámos a Biblioteca Ary dos Santos, completando a nossa rede de bibliotecas e dando primeiro sinal de revitalização do centro de Sacavém.

Transformámos o concelho numa referência internacional no panorama da arte pública bem patente no sucesso da primeira edição do Loures Arte Pública em que mais de 100 artistas espalharam beleza por todo o concelho com evidente agrado da generalidade da população. E temos esse trabalho único da Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho que transformou um bairro fechado sobre si mesmo e os seus problemas, num território aberto ao mundo e visitado por milhares de pessoas, com evidentes transformações na vida da população ali residente.

Tratámos do ambiente como prioridade com a intervenção na renaturalização das linhas de água, a proteção florestal. Somos um concelho às portas de Lisboa que têm uma política florestal e projetos de reflorestação de alguns territórios.

Apostámos na eficiência energética substituindo em toda a semaforização as lâmpadas por tecnologia led em todo o concelho.

Inovámos na área financeira com a capacidade de realizar grandes concursos em agrupamento com a Câmara, os SIMAR e as empresas municipais e agora já também agregando o concelho de Odivelas – mais escala em regra permite maior poupança.

Inovámos na área da comunicação, conseguindo com recursos moderados dar coerência à comunicação municipal, sobretudo com o objetivo de comunicar eficazmente com a população e também com os nossos trabalhadores.

Somos um concelho de topo no apoio aos bombeiros e suportaremos a curto prazo a reparação das duas autoescadas existentes no concelho, hoje em condições de precário funcionamento. E somos uma referência na política de proteção civil, orientada para a coordenação dos meios e entidades, a planificação e a prevenção, sem esquecer a vertente educativa da escola de prevenção e segurança.

Temos em preparação projetos para financiamento comunitário da recuperação do edifício 4 de Outubro e de sustentação do Palácio Valflores em Santa Iria, procurando preservar esses edifícios singulares do nosso património.

E há tanto, tanto, ainda por fazer!

Mas se queremos intervir decisivamente no presente, queremos também preparar adequadamente o futuro, projetando o seu desenvolvimento.

Rede de ciclovias

Frente ribeirinha

Parque da várzea

Estudo de novos parques e alargamento eventual dos existentes

Continuação da reorganização dos nossos serviços para uma melhor eficiência.

Uma referência que não poderia faltar.

Estamos a caminhar para o final das Festas do concelho, estas festas regressadas e que tanto encheram os olhos, os ouvidos e a alma dos milhares de pessoas que por aqui passaram nos últimos dias e também desde o dia 8 de Julho no Festival do Caracol Saloio, no artesanato ou na Festa do Associativismo.

Como muita gente disse por estes dias, as Festas estão de volta! Com diversidade, com muita qualidade, com gente do concelho e de fora dele.

Queremos transmitir para todos os que cá vivem e trabalham e para os que nos visitam uma nova ideia de Loures. Uma ideia assente numa realidade concreta em forte mudança para melhor. Um concelho moderno e inovador, de arte e cultura, comprometido com o ambiente e apostado na educação e na escola pública; um concelho que privilegia a participação; um concelho onde há boas oportunidades de investimento e uma relação próxima com as empresas; um concelho que pensa e planeia o seu futuro.

Loures é cultura e desporto; Loures são as Festas do Concelho; Loures é arte pública; Loures é gestão rigorosa; Loures é investimento; Loures é revitalização urbana; Loures é participação.

Loures está no mapa. É cada vez mais uma referência na política de intervenção local.

E temos uma enorme confiança de que é possível, com o nosso povo, como o contributo dos nossos trabalhadores, com seriedade, audácia e inovação, continuar a fazer deste concelho um sítio ainda melhor para viver, para trabalhar, para visitar.

É para isso que temos e vamos continuar a trabalhar!

Viva o concelho de Loures!